

Anais do
IV Seminário Internacional de Integração Étnico-Racial e as Metas do Milênio

UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE A HISTÓRIA DA INFÂNCIA: SUBSÍDIOS PARA A INCLUSÃO INFANTIL

*A brief reflection on the history of childhood: subsidies for
child inclusion*

Luciana Scognamiglio de Oliveira¹

1. Doutora em História da Ciência - PUC-SP
Professora e Pesquisadora NUPE - Faculdade de Tecnologia ENIAC-FAPI
luciana-de@eniac.edu.br

RESUMO

Este artigo objetiva apresentar uma breve abordagem historiográfica acerca do saber sobre a infância considerando os aspectos referentes ao desenvolvimento da ciência, principalmente no século XIX. Com referência à ideia de progresso difundida no período, o "ser criança" assume papel de extrema importância em prol do desenvolvimento. Na atualidade, a maior preocupação reside na questão referente à inclusão, pauta de discussões em vários níveis da sociedade. Considerar elementos da historiografia pode nos auxiliar neste processo, uma vez que podem ser verificadas variadas conquistas no campo infantil.

Palavras-Chave: Infância. Inclusão infantil. História da infância.

ABSTRACT

This paper aims to present a brief historiographical approach about childhood taking into consideration the development of science, especially in the nineteenth century. Because of the idea of progress in that period, "being a child" has taken a very important role for development. Today, the biggest concern is about the inclusion, which is agenda of discussions at various levels of society. Considering the historiography facts can help us in this process, because of the various achievements for the childhood.

Key-words: Childhood. Child inclusion. Childhood history.

INTRODUÇÃO

A questão da inclusão é o maior desafio deste século. Se pensarmos numa linha progressista, perceberemos que as crianças representam as raízes de um novo tempo. Mas, infelizmente, nossa realidade é cruel ao considerarmos os dados apresentados, por exemplo, pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos: 125 milhões de crianças no mundo não frequentam a escola; apenas 1% dos portadores de deficiência física frequenta a escola em países subdesenvolvidos e/ou emergentes; 12 milhões de crianças morrem em decorrência da falta de recursos.

Por outro lado, para que possamos acreditar na mudança deste panorama, é animador apoiar-se na História da Infância. Foi a partir do século XIX que a criança passou a ser objeto das reflexões de filósofos e educadores; a assistência à infância foi, desde então, a responsável por impulsionar no ocidente a criação de uma série de associações e instituições cujos objetivos pautavam-se no cuidado da criança sob diversos aspectos: de sua saúde e sobrevivência, com ambulatórios de obstetrícia e pediátricos; dos seus direitos sociais, com as propostas de legislação e de associações de assistência; da sua educação e instrução, com a consideração de que estas podiam ocorrer desde o seu nascimento.(FREITAS M.C, 2002, p.464)

1. A HISTÓRIA DA INFÂNCIA

É sabido que na sociedade medieval não existia a distinção entre “adulto” e “criança”, o que não quer dizer que elas fossem abandonadas ou desprezadas. A criança muito pequena era extremamente frágil para se misturar aos adultos; além disso, não contava na família devido ao alto índice de mortalidade da época. Assim que ela superasse o período crítico e fosse capaz de dispensar a ajuda das mães ou das amas, o que correspondia aproximadamente aos sete anos de idade, passava a ser confundida com os adultos. (ARIÈS, 1981, p. 193)

Dessa forma, podemos afirmar que as “crianças” não tinham vontades e praticamente ninguém falava delas. Não havia diferença entre um adulto e uma “criança”, visto que exerciam as mesmas funções sociais desde cedo. A “criança” apenas reproduzia o que aprendia com a família.

A partir da segunda metade do século XIX, é sabido que a maior preocupação era atingir o progresso pensado de uma maneira ‘crescente’; sob influência positivista, exigia-se uma instrução da população. Foi neste momento que a criança ganhou um papel de destaque nesse processo.

A valorização do indivíduo fez com que se repensasse sua identidade e também suas necessidades. A partir disso, o principal objeto da educação foi o de “formar inteligências”.(FREITAS M.C, 2002, p. 122-3)

A educação apareceu como o fator principal para estruturar a sociedade “moderna”. O final do século XIX e início do XX marcaram um período em que a infância e a educação participavam dos discursos para a solidificação dessa nova sociedade. Os cuidados com a infância tornaram-se um

aspecto a ser considerado no modelo de nação moderna.(FREITAS M.C, 2002, p.465)

Como a criança passou a deter um novo papel na sociedade, surgiu a necessidade do aparecimento de objetos industrializados e culturais, como os brinquedos e os livros. Também houve a motivação para outros ramos da ciência que visavam à criança, como a psicologia infantil, a pedagogia e a pediatria. É preciso ressaltar que a criança assumia apenas uma imagem perante a sociedade, sendo alvo da atenção e interesse dos adultos, sem exercer uma atividade econômica que lhe desse alguma importância política e/ou de reivindicação de seus direitos. Com isso, fica clara a ideia de “inferioridade da criança”, pois era considerado um ser frágil, que precisava de proteção. (LAJOLO, M. & R. Zilberman,p.16-7)

2. A CONTRIBUIÇÃO DA CIÊNCIA PARA A DEFINIÇÃO DO “SER” CRIANÇA

Como já mencionado anteriormente, a criança adquiriu um papel de extrema importância pela busca do progresso; nesse momento, a escola surgiu de maneira obrigatória, visto que até o século XVIII era considerada facultativa ou, muitas vezes, dispensável. A escolarização se transformou numa atividade obrigatória para a criança, bem como a frequência às salas de aula. Referida obrigatoriedade vinha exatamente das alegações de fragilidade e de despreparo das crianças para enfrentar o mundo. A escola, ao lado da família, ganhou espaço intermediário entre a criança e a sociedade(LAJOLO, M. & R. Zilberman,p.17)

É fato que o estabelecimento da diferença de “ser adulto” e de “ser criança” teve uma larga contribuição das ciências, principalmente da psicologia e da pedagogia.

Também a medicina e os manuais de higiene auxiliaram nesse processo, fazendo com que houvesse uma diminuição significativa na taxa de mortalidade, aumentando a expectativa de vida da população. É sabido que as campanhas de vacinação, de combate aos ratos e mosquitos, assim como os cuidados dirigidos às cidades e ao saneamento, que a princípio causaram um certo desconforto por parte da população, tiveram resultados muito satisfatórios, como a melhoria das condições de saúde no campo e nas cidades e uma diminuição nos efeitos causados pelas grandes epidemias, principalmente a febre amarela, a peste bubônica e a varíola. (ANTUNES,1999)

Foram os jesuítas os principais responsáveis por trazer da Europa o que havia de melhor em relação à cultura e aos costumes europeus. Nesse período, era muito enfatizada a influência das determinações ambientais na formação da personalidade da criança. Então, a educação era considerada um recurso fundamental para o desenvolvimento infantil (MASSIMI,2004, p. 14). Acreditavam na possibilidade de direcionar e até mesmo de corrigir o comportamento infantil.

Com a valorização da razão, proveniente do humanismo iluminista, a educação intelectual foi extremamente valorizada e a escola passou a ser complementar ao desenvolvimento da personalidade infantil. Toda a responsabilidade foi atribuída aos pais e aos professores no processo de aprendizagem da criança.(MASSIMI,2004, p. 15)

Até o século XIX, não existia uma psicologia como ciência autônoma. Os estudos sobre o comportamento e a individualidade humana vinham de outras disciplinas, como a medicina ou a filosofia, por exemplo, e denominavam-se ‘discursos psicológicos’.

Nesse período, os homens falavam sobre o destino da alma e questionavam-se sobre sua condição na Terra, preocupando-se em descobrir as leis da natureza.

A ideia positivista de que a ciência era a base para buscar qualquer tipo de explicação aos diversos fenômenos determinou também uma mudança sobre o saber humano. O indivíduo passou a ser estudado seguindo princípios da sua natureza, e qualquer tipo de intervenção teológica ou filosófica passou a ser descartada. Nesse momento, o conhecimento não se desenvolvia mais no campo especulativo ou pelo senso comum, mas pela observação junto à experimentação. Buscava-se um saber objetivo sobre o ‘eu’: os fatos da vida individual e social podiam ser explicados pelo método científico.

O desenvolvimento do estudo sobre a subjetividade atingiu vários campos sociais, anunciando novas possibilidades de relacionamento dos homens entre si e com o conhecimento . Este saber acerca da subjetividade humana surgiu de fato como um instrumento útil no domínio do projeto cultural e político de formação do cidadão brasileiro.(FREITAS M.C.de & M.Kuhlmann, 2002).

Com o aparecimento de novos estudos que colocavam o Homem como um indivíduo único, que deveria ser compreendido “cientificamente”, a diferença entre a “criança” e o “adulto” passou ser melhor compreendida. E é nesse momento que a família e a escola vão se estabelecendo e se instituindo como “um lugar” onde havia cuidados específicos com a educação e com o ensino das crianças.

Também, sob influência positivista, a pedagogia teve o apoio da psicologia experimental para poder se firmar como ciência. Desde o surgimento das escolas, é nítida a

relação entre a pedagogia e os estudos psicológicos. Nesse momento, enfatizava-se o valor político da educação como maneira de se atingir o progresso, uma educação capaz de determinar os rumos da vida individual e em sociedade.

O objetivo da educação não mais se apoiava num ideal filosófico ou religioso, mas na adaptação do indivíduo às condições ambientais, existenciais e também às mudanças do processo histórico ao qual estava inserido. Assim sendo, a psicologia foi um instrumento importante para ajustar o indivíduo e seu comportamento na sociedade. A pedagogia, por sua vez, era vista como uma ciência aplicada. Segundo Marina Massimi, houve uma forte influência no final do século XIX, pelo positivismo evolucionista de Herbert Spencer, através de sua obra *Principles of Psychology*, que coloca o desenvolvimento infantil no centro da evolução das espécies.(Massimi, 1990, p.69)

3. OS INDIVÍDUOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Na era pré-cristã, as pessoas com necessidades especiais eram colocadas à margem da sociedade e não recebiam qualquer tipo de tratamento, pois a falta de conhecimento em como lidar com o diferente fazia com que fossem excluídas do âmbito social. No período da Inquisição, os deficientes representavam o pecado e eram julgados à fogueira.

No Brasil, à época do Império, é sabido que foram criados dois institutos no Rio de Janeiro para cuidar daqueles que necessitavam de uma atenção maior e que perduram até hoje: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos

Mudos, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES.

Embora outras instituições tenham surgido a partir de então, como o Instituto Pestalozzi (1926), a Sociedade Pestalozzi (1945), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (1954), havia muita precariedade no atendimento daqueles considerados um peso para a família e para a sociedade. Foi apenas a partir da segunda metade do século XX que foi percebido que estas pessoas possuíam capacidades diferenciadas.(SASSAKI, 2005)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora haja, na atualidade, leis que determinam que estas crianças recebam tratamento sem distinção como, por exemplo, os artigos 205 e 206 da Constituição Federal (1988), que definem que a educação é um direito de todos e também a igualdade de condições de acesso e permanência na escola; como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069, em vigor desde 1990, um dos marcos na proteção à infância, que tem como base a proteção de maneira integral, fortalecendo a ideia de "prioridade absoluta" constitucional, há muito o que ser feito ainda.

É obrigação de todos nós o empenho para que, de fato, a inclusão infantil seja efetivada. Incluir sugere inúmeras mudanças de opinião, atitudes, mudanças de paradigmas que alteram as normas educacionais vigentes. A expectativa da inclusão infantil no âmbito escolar é propor a transformação das instituições, a fim de que possam se tornar locais propícios à formação cidadã com ensino de qualidade, com atenção especial àqueles “genericamente chamados de portadores de necessidades especiais: portadores de

deficiência (mental, visual, auditiva, física e múltipla), portadores de condutas típicas (problemas de conduta) e portadoras de altas habilidades (superdotados)”. (Brasil, MEC/SEESP, 1994, p.13)

É imprescindível que haja uma intensa atuação social para a promoção de políticas de inclusão além do esforço em âmbito governamental. O envolvimento de todos os setores e áreas da sociedade são bem-vindos a fim de promoverem esforços que visem eliminar preconceitos para que tenhamos uma melhor vida em sociedade.

Enfim, se avaliarmos que é recente a valorização infantil em termos históricos, é possível perceber que estamos caminhando, mesmo que a passos vagarosos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, J.L.F. **Medicina, leis e moral – pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930)**. São Paulo, UNESP, 1999.

ARIES, P. **Historia social da criança e da família**. trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro, LTC, 1981.

AZEVEDO, F.. **A formação e a conquista do público infantil na educação e seus problemas**. 4a. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1958, vol1.

FREITAS M.C.de e M.Kuhlmann (orgs.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo, Cortez, 2002.

FREITAS M.C.de. **História social da infância no Brasil**. 5a. ed. São Paulo, Cortez, 2003.

LAJOLO, M. e R. Zilberman, **Literatura infantil brasileira – história e histórias**. 6a.ed. São Paulo, Editora Ática, 2003.

MASSIMI M., **História da psicologia brasileira – da época colonial até 1934**. São Paulo, E.P.U., 1990.

ROSSI, P. **Naufrações sem espectador - a ideia de progresso**. São Paulo, UNESP, 2000.

SASSAKI, R.K. **Como chamar as pessoas com deficiência**. São Paulo: Cortez, 2005